



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Noroeste - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer nº 142/IEF/URFBIO NOROESTE - NUREG/2022

PROCESSO Nº 2100.01.0032494/2022-36

## PARECER TÉCNICO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A	CPF/CNPJ: 15.483.161/0001-50
Endereço: Rua Maria Silva Garcia, 403	Bairro: Granja Marileusa
Município: Uberlândia	UF: MG
Telefone: (34) 4000-1765	CEP: 38406-634
E-mail: giovanna.cabral@reenergisa.com.br	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( ) Sim, ir para item 3 ( X ) Não, ir para item 2

### 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Maria Ermelita de Oliveira Luiz	CPF/CNPJ: 031.037.716-14
Endereço: Rua Diva Silva Neiva, nº 265	Bairro: Zona Rural
Município: Paracatu	UF: MG
Telefone:	CEP: 38.600-000
E-mail:	

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Capão das Orfãs	Área Total (ha): 38,7011
Registro nº 24.997 e 516 R.65 R-71 R-78	Município/UF: PARACATU- MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3147006-0543.61D4.9D23.4519.926D.8664.5644.4826	

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de intervenção	Quantidade	Unidade
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas modelo simplificado	209	unidades

### 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
Corte de árvores isoladas	209	unidades	280766	8088174

### 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Usina solar Fotovoltaica		7,8851

### 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Outros	Área antropizada		7,8851

### 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa		166,1144	m³
Madeira de floresta nativa		63,4076	m³

## 1.HISTÓRICO

Data da formalização/aceite do processo: 26/07/2022

Data da vistoria: ( vistoria remota ) 16/08/2022

Data de emissão do parecer técnico: 16/08/2022

*Trata-se de um requerimento para corte de árvores isoladas , onde a vistoria realizada foi de forma remota, sendo que, as informações aqui prestadas são de responsabilidade do requerente.*

## 2.OBJETIVO

*O objetivo do requerimento é para supressão de 209 árvores isoladas nativas vivas, em uma área de 7,8851 hectares.*

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

### 3.1 Imóvel rural:

A Fazenda Fazenda Escuro está localizada no município de Paracatu-MG, Saindo do Centro Administrativo de Paracatu siga na Av. Bia Fortes, depois de 900 m vire à esquerda na Est. Ladeira dos Farias e após 850 m vire à direita na Av. Israel Pinheiro permaneça por 1 km. Pegue a 1ª saída na rotatória para a Rod. Alírio Herval e permaneça por 8,2 km. Depois vire à direita e continue por 14 Km e depois vire à direita novamente e o empreendimento estará à 2,8 Km.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- **Número do registro:** MG-3147006-0543.61D4.9D23.4519.926D.8664.5644.4826

- Área total: 38,7011 ha

- Área de reserva legal: 4,3220 ha

- Área de preservação permanente: 0,6034 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 33,7409 ha

- Remanescente de Vegetação Nativa: 0,0000

- Qual a situação da área de reserva legal:

( X ) A área está preservada

( ) A área está em recuperação

( ) A área deverá ser recuperada

- Formalização da reserva legal:

(x) Proposta no CAR

( ) Averbada

( ) Aprovada e não averbada -

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( X ) Dentro do próprio imóvel

( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade.

Parecer sobre o CAR: "Verificou-se que as informações prestadas no CAR MG-3147006-0543.61D4.9D23.4519.926D.8664.5644.4826 apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel no dia 16/08/2022.

Dessa forma o CAR encontra-se APROVADO.

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

Segundo o IDE-SISEMA, a propriedade em questão não se localiza em Reserva da Biosfera e nem em Área Prioritária para Conservação. As restrições ambientais para a área de intervenção requerida foram obtidas junto ao portal IDE SISEMA, disponível em <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>.

Vulnerabilidade natural: Alta

- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa

- Unidade de conservação: Área de proteção especial - **MANANCIAL ESPALHA E SANTA IZABEL**

- Área indígenas ou quilombolas: Não ocorrem.

- Reserva da Biosfera: Não está inserida em área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

- Áreas Prioritárias para Conservação: Muito Baixa.

- Áreas Prioritárias para Recuperação: Muito Alta.

- Grau de Conservação da Vegetação Nativa: Muito Baixo.

- Qualidade Ambiental: Média.

- Qualidade da Água: Alta.

- Risco Ambiental: Baixa.

- Risco Potencial de Erosão: Baixo.

- potencialidade de ocorrência de cavidades: Baixo.

### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

Conforme o resultado gerado no simulador de enquadramento na DN COPAM nº 217/2017 para as atividades descritas se Enquadram na modalidade Não Passível de Licenciamento.

## 5. ANÁLISE TÉCNICA

Na data de 16/08/2022, foi realizada vistoria técnica de forma remota (indireta), no empreendimento Fazenda Capão das Orfãs, localizada no Município de Paracatu - MG. A vistoria teve como objetivo avaliar a requisição do pedido de corte de 209 árvores nativas isoladas vivas, em 6,2407 hectares Com o objetivo de implantação de uma Usina Solar Fotovoltaica (UFV), denominada UFV Paracatu, com área total de 7,8851 ha inserida no município de Paracatu - MG, onde será necessário realizar a supressão de alguns indivíduos arbóreos isolados presentes na área. Neste sentido, apresenta-se para fins de obtenção de autorização para supressão de indivíduos arbóreos isolados, como parte integrante do processo de regularização ambiental.

Para subsidiar a avaliação do requerimento, foi feita análise nas informações apresentadas no processo, como: Planilhas de espécies, mapa do imóvel e CAR, além disso foi feito uma inspeção por imagens de satélites, Google Earth e verificação no sistema IDE SISEMA.

Realizou-se no presente ato a vistoria indireta, utilizando para inspeção da área requisitada a planta topográfica, inventário florestal testemunho realizado pelos responsáveis técnicos do empreendimento o ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A: ALISSON DUMONT CLEMENTE, CREA-MG 0500288127, com anotação de responsabilidade Nº MG20221121158; EMANUELLE ZORDAN DE MELO, CREA 1414483716, com anotação de responsabilidade ART 1420200000006399016; em anexo, sobreposições de imagem com diferentes datas do Google Earth, análise do IDE SISEMA e demais documentos constantes nos autos do processo.

Cumprido, portanto os requisitos entabulados na Lei nº 14.184, de 30 de janeiro de 2002 que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, em especial os seguintes artigos:

Art. 15 Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, exceto quando a lei o exigir ou quando houver padronização estabelecida por órgão da Administração.

Art. 21 Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na repartição por onde tramitar, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

Art. 23 Os atos de instrução do processo se realizam de ofício, por iniciativa da Administração, sem prejuízo do direito do interessado de produzir prova.

§ 1º O órgão competente para a instrução fará constar nos autos os dados necessários à decisão do processo.

§ 2º Os atos de instrução serão realizados do modo menos oneroso para o interessado.

Art. 46 A Administração tem o dever de emitir decisão motivada nos processos, bem como em solicitação ou reclamação em matéria de sua competência.

§ 1º A motivação será clara, suficiente e coerente com os fatos e fundamentos apresentados.

Destaca-se ainda a RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IEF Nº 3.102, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021, que em seu artigo 24, dispõe o seguinte: Será realizada vistoria técnica do imóvel para o qual tenha sido requerida autorização para intervenção ambiental, bem como das áreas propostas para compensação ambiental, de forma remota, por meio de imagens de satélite e outras geotecnologias disponíveis, ou presencialmente, em campo.

O empreendimento localiza-se Saindo do Centro Administrativo de Paracatu, pegar a Av. Israel Pinheiro na direção a R. Bia Fortes, depois de 900 m vire à esquerda na Est. Ladeira dos Farias e após à 850 m vire à direita na Av. Israel Pinheiro por 1 km. Pegue a 1ª saída na rotatória para a Rod. Alírio Herval e permaneça por 8, 2 km. Depois vire à direita e siga por 8,3 km e o empreendimento estará à direita em 4,3 km.

Para fins de obtenção de dados quantitativos dos indivíduos arbóreos amostrados em campo, foram calculados os valores por indivíduo, em função de alguns parâmetros definidos, no sentido de adquirir uma estimativa do volume por indivíduo, assim como o volume total, com base no relatórios apresentados no processo em questão.

De acordo com o censo florestal apresentado para o corte de árvores isoladas No levantamento das espécies que serão objeto do pedido de intervenção foram identificados 209 indivíduos arbóreos nativos do Cerrado. As espécies amostradas foram *Bauhinia forficata* (5), *Caryocar brasiliense* (11), *Dalbergia nigra* (11), *Eugenia dysenterica* (2), *Ficus eximia* (12), *Hymenae stignocarpa* (2), *Kielmeyera coriacea* (2), *Peltophorum dubium* (1), *Pterodon emarginatus* (63), *Qualea parviflora* (99) e *Tapirira guianensis* (1).

A propriedade denominada Fazenda Capão das Orfãs, localizada no município de Paracatu-MG, possui uma área total de 38,7011 ha registrada sob as matrículas nº 24.997 e 516 R.65 R-71 R-78 livro 2 folhas 24.592 e 3.670, no cartório de registro de imóveis de Paracatu.

O empreendimento está registrado no Cadastro Ambiental Rural – CAR sob o número : MG-3147006-0543.61D4.9D23.4519.926D.8664.5644.4826.

A propriedade está inserida no Bioma Cerrado com fitofisionomia de Cerrado típico e encontra-se inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu, sendo o Rio Paracatu o principal corpo hídrico da região. Além deste, o Rio São Marcos, divisor interestadual entre Minas Gerais e Goiás, e o Ribeirão de Batalha, os quais já fazem parte da Bacia do Rio Paranaíba. Apesar de ser uma região relativamente seca e de baixa pluviosidade, esta é rica em Veredas e nascentes, que contribuem para a formação e rios e ribeirões locais.

A partir da avaliação da área por meio das informações geoespaciais, foi possível verificar que as árvores requeridas se encontram de fato em área antropizada. As árvores estão distribuídas por toda a área requerida onde verificou-se um volume de 166,1144 metros cúbicos de lenha de floresta nativa e 63,4076 de Madeira de Origem Nativa que será aproveitada no empreendimento.

A propriedade está inserida no bioma Cerrado em uma região de relevo variando de plano a suave declividade. Observa-se que na planilha das espécies apresentadas Foram encontrados 11 indivíduos da espécie *Dalbergia nigra*, (Jacarandá-da-bahia) que está listada na Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022 -Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção.

**Art. 26 - A autorização para o corte ou a supressão, em remanescentes de vegetação nativa ou na forma de árvores isoladas nativas vivas, de espécie ameaçada de extinção constante**

**da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constante da lista oficial do Estado de Minas Gerais, poderá ser concedida, excepcionalmente, desde que ocorra uma das seguintes condições:**

I – risco iminente de degradação ambiental, especialmente da flora e da fauna, bem como da integridade física de pessoas;

**II – obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia;**

III – quando a supressão for comprovadamente essencial para a viabilidade do empreendimento.

No PIA foi mencionado *"o corte se faz necessário para a segurança e manutenção da estrutura da UFV, de forma que, em casos de tempestades, ventanias, queimadas e/ou outras intempéries, as placas solares e as linhas de transmissão não sejam danificadas e não causem nenhuma interrupção ao fornecimento de energia"*, necessitando o corte de tal espécie para prosseguimento da atividade.

Sendo assim foi proposta a compensação pelo plantio conforme PRADA , anexo ao processo, o local previsto para a compensação está localizado no município de Paracatu-MG, tendo como ponto de referência as coordenadas geográficas de Latitude 17°16'58.31"S e Longitude 47° 3'28.44"O; contemplando o plantio de 110 indivíduos de Jacarandá-da-bahia. A área estimada para o plantio dos indivíduos é de 0,17 hectares.

Por fim, de acordo com o requerimento não haverá intervenção em área de preservação permanente e área de reserva legal.

Mediante análise do processo em questão, realizada através do estudo de toda a documentação apresentada, da vistoria realizada in loco, do uso da ferramenta geoespaciais e do arcabouço legal existente, tem-se as seguintes características:

Considerado que o imóvel em questão encontra-se localizado dentro de uma área com proteção especial determinada pelo Decreto 29587, de 08/06/1989, que define área de proteção especial situada no Município de Paracatu, para fins de preservação de mananciais, para abastecimento de água na cidade de Paracatu, e em seu artigo 2º declara a área como de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural na área definida do mencionado decreto.

Por se tratar de caso excepcional em que o órgão ambiental competente pode autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP para a implantação de obras, planos, atividades ou **projetos de utilidade pública ou interesse social**, ou para a realização de ações consideradas eventuais e de baixo impacto ambiental, conforme previsto no Art. 12 da Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013.

Dessa forma constato a a viabilidade ambiental do projeto apresentado, sendo possível o deferimento do pedido de corte de árvores isoladas em uma área de 7,8851 ha em área antropizada para desenvolver a atividade de usina solar fotovoltaica.

## **6. CONTROLE PROCESSUAL**

Fica dispensada a realização de Manifestação Jurídica por parte do Núcleo de Controle Processual-NCP, conforme previsão contida no Art. 44, inciso II do Decreto Estadual nº 47.892 de 23 de março de 2020, o qual estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas, assim:

Art. 44 – O Núcleo de Controle Processual tem como competência coordenar a tramitação de processos administrativos de competência da unidade regional do IEF, bem como prestar assessoramento às demais unidades administrativas em sua área de abrangência, respeitadas as competências da Procuradoria do IEF, com atribuições de:

II – Realizar, quando solicitado pelo Supervisor Regional, o controle processual dos processos administrativos de intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como dos demais processos administrativos de interesse do IEF.

Diante do exposto, a fim de dar maior celeridade quanto ao procedimento de análise, estando a possibilidade de dispensa acoberta pela legislação mencionada, determino o prosseguimento do feito.

## 7. CONCLUSÃO

Face ao acima exposto, somos **FAVORÁVEIS** ao pedido feito.

Sendo pelo deferimento do corte ou aproveitamento de 209 árvores isoladas nativas vivas em área de 7,8851 hectares, por não contrariar a legislação vigente, pelo Empreendedor ALSOL ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A. Dessa forma sugerimos o deferimento da intervenção requerida.

Cabe esclarecer que a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta autorização, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto à eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável (is) e/ou sua(s) responsável (is) técnica(s). Ressalta-se que esta autorização em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, regularização ambiental e outorga pelo uso da água.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, tornam o empreendimento em questão passível de autuação."

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Foi requerido em conformidade com o Censo Florestal apresentado o corte de 11 árvores de *Dalbergia nigra*, (Jacarandá-da-bahia) que está listada na Portaria MMA nº 148, de 7 de junho de 2022 -Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção, sendo que o requerimento atende ao disposto no Artigo 26, inciso II do Decreto nº 47.749, de 11 de novembro de 2019, onde a autorização para o corte ou a supressão, em remanescentes de vegetação nativa ou na forma de árvores isoladas nativas vivas, de espécie ameaçada de extinção constante da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constante da lista oficial do Estado de Minas Gerais, poderá ser concedida, excepcionalmente, desde que seja destinada a obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia.

O Empreendedor optou por compensar o corte das árvores de *Dalbergia nigra*, (Jacarandá-da-bahia) por meio do plantio de 10 mudas da espécie para cada indivíduo, totalizando 110 arvores a serem plantadas.

Foi requerido em conformidade com o Censo Florestal apresentado o corte de 11 árvores de pequi (Caryocar brasiliense), espécie nativa protegida pela Lei nº 10.883, de 2 de outubro de 1992, sendo que o requerimento atende ao disposto no Artigo 2º, inciso I da referida norma: *Quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.*

O Empreendedor optou por compensar o corte das árvores de pequi por meio opção concedida pelo artigo 2º, §2º, inciso I, alínea "a", nos seguintes termos: *pelo recolhimento de 100 Ufemgs (cem Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), por árvore a ser suprimida, à Conta Recursos Especiais a Aplicar Pró-Pequi, de que trata o art. 5º-A da Lei nº 13.965, de 2001, observados os seguintes requisitos; nos casos previstos no inciso I do caput deste artigo, o recolhimento previsto neste inciso poderá ser utilizado para até 100% das árvores a serem suprimidas, portanto, empreendedor realizará o pagamento.*

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(x) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

( ) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

( ) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

## 10. CONDICIONANTES

### Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar a compensação por supressão de 11 árvores de <i>Dalbergia nigra</i> , Jacarandá-da-bahia (ameaçada de extinção), conforme proposta detalhada e aprovada neste parecer.	Anualmente, por um período de 5 (cinco) anos a iniciar um ano após a concessão da autorização. Com a apresentação de relatório técnico/fotográfico anual.

### INSTÂNCIA DECISÓRIA

( ) COPAM / URC      ( X ) SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: RODRIGO DE SOUSA LOUSADA

CPF: 015.591.956-30

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

### DISPENSADO



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sousa Lousada, Servidor (a) Público (a)**, em 28/09/2022, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **53784045** e o código CRC **33BD7649**.

Referência: Processo nº 2100.01.0032494/2022-36

SEI nº 53784045